

sector.saude@dorl.pcp.pt

Hospital Oriental, que futuro? PCP Questiona Governo

Prometido há décadas, o Novo Hospital Oriental de Lisboa continua por concretizar, sem que isso tenha significado nos últimos anos um investimento significativo nas unidades que está previsto que venha a substituir.

Entre outras, já encerraram em Lisboa unidades como os hospitais de Arroios, do Desterro e Miguel Bombarda, cujos terrenos e edifícios vão sendo apontados à especulação imobiliária dada a sua localização privilegiada na cidade. Entretanto, as sucessivas agregações de unidades em Centros Hospitalares conduziu à desvalorização de várias outras unidades, como os hospitais dos Capuchos, Curry Cabral e Pulido Valente.

O que se prefigura com a construção do novo Hospital Oriental de Lisboa é que para além de andar tarde, vai andar mal.

Desde logo porque será implantado não em um terreno contínuo, mas em três terrenos separados por duas importantes vias rodoviárias, apesar de ter como um dos seus principais fundamentos a dispersão atual. Já avançou o processo de construção da infraestrutura através de uma Parceria Público Privada, solução que se tem revelado, até de acordo com relatórios do Tribunal de Contas, mais onerosa para o Estado.

O (pouco) que se conhece dos projetos a implantar levanta desde já importantes dúvidas e preocupações. De facto, suscitam-se justas preocupações em relação à preservação das equipas, dos saberes e da experiência de unidades com um foco determinado numa área em concreto, como são os casos da Maternidade Alfredo da Costa, do Hospital de Dona Estefânia e do Hospital de Santa Marta.

Decisão extremamente preocupante e ao inverso das necessidades evidenciadas pelas unidades que se pretende extinguir é a redução do internamento em 700 camas, relativamente ao total atualmente existente nas várias unidades. As unidades presentes já têm vindo a defrontar-se com um número de camas insuficiente e **atualmente o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central já contrata ao privado lugares de internamento.**

Uma tal decisão não pode deixar de ser entendida como uma amputação consciente e deliberada da capacidade hospitalar pública com o objectivo claro do favorecimento da atividade privada.

Outra questão muito importante em particular para os habitantes da cidade de Lisboa é a resposta de proximidade que deixa de existir em particular nas zonas mais centrais da cidade. Para além disso, naquilo que não for necessário manter como resposta hospitalar, estas unidades reúnem condições para passarem a ser utilizadas noutros níveis em que a cidade e a região são particularmente deficitárias, como é o caso das unidades de cuidados continuados ou de cuidados paliativos.

O PCP questiona o Ministério da Saúde, entre outros aspectos:

- ***Em que data se prevê que o Hospital Oriental de Lisboa inicie o seu funcionamento?***
- ***Qual a população que terá este hospital como unidade de referência?***
- ***Vai ou não o Governo manter em funcionamento uma unidade hospitalar de proximidade no centro da cidade de Lisboa?***
- ***Considera o Governo a reutilização dos atuais edifícios hospitalares para outras necessidades de saúde e sociais em que hoje a resposta é largamente insuficiente?***

Reflexão: Dificuldades Crônicas da Saúde Mental

Desde há 20 anos, com um Plano Nacional de Saúde Mental em incumprimento e pacotes legislativos sucessivamente revogados, que muito se fala e promete, algo se desfaz e muito pouco se faz na política de saúde mental.

A propalada e sempre anunciada *desinstitucionalização*, palavra de ordem sacralizada, materializou-se na distribuição de doentes que permaneciam em hospitais psiquiátricos do estado, para instituições da Segurança Social e de instituições de setor social, nomeadamente das ordens hospitaleiras, misericórdias e outras. A admissão de novo de pessoas com doenças mentais crónicas e sem possibilidade de beneficiar de um apoio familiar razoável, tornou-se difícil, por falta de vagas, ou de recursos para prover aos encargos do internamento. De notar, que as pessoas designadas “sem-abrigo” são, em muitos casos, doentes psiquiátricos que vivem num estado de pobreza extrema. A sempre prometida rede de cuidados continuados de saúde mental tem uma expressão exígua, tipo experiência-piloto, que não se generaliza. As propostas mais recentes envolvem regras e regulamentos complicados, sem adjudicação de um orçamento global para as “residências”. Aliás, parece caber ao Estado, principalmente, a regulamentação e um financiamento inicial, devendo a gestão caber a entidades do setor social e privado. Deduz-se também, que o utente, *doente mental crónico*, deve fazer pagamentos para uma estadia com limites de tempo e alguns constrangimentos.

A única medida assegurada, num prazo até 2025, é a da constituição de “40 Equipas Comunitárias de Saúde Mental”, que visam “reformular” os cuidados ambulatoriais, de proximidade com as comunidades.

As equipas terão de ter recursos humanos, que certamente já existem nos departamentos e Serviços de Saúde Mental dos hospitais, devendo reorganizar-se como “equipas comunitárias”, onde ainda não estão. Ou será que essas equipas vão beneficiar de novos recursos humanos em profissionais da saúde mental?

Os serviços hospitalares de psiquiatria, designados de “Saúde Mental” existem a nível “local”, correspondendo, no interior do país, ao hospital distrital, e nas áreas metropolitanas a hospitais gerais centrais e distritais. Há grandes assimetrias na esfera de recursos humanos, com insuficiências graves em muitos hospitais. A falta de camas e espaço adequado à hospitalização é outra falha. As admissões de urgência, via principal para a hospitalização, voluntária ou involuntária, pela falta crónica de vagas para internamento, faz com que muitos doentes fiquem no SO da urgência, sem espaço adequado ou acompanhamento. Em geral os serviços de hospitalização não têm o número de vagas (camas) necessário para o tratamento. Por tal motivo, a relativa pressa em dar alta, não se coaduna muitas vezes com o tempo necessário para um tratamento personalizado e competente da pessoa doente.

A destoar da insuficiência, por vezes clamorosa de meios de prestação de cuidados hospitalares de psiquiatria e saúde mental, faz-se uma promessa ideológica de eliminar os serviços de psiquiatria geral nos dois hospitais psiquiátricos do país, que têm continuado a prestar uma importante assistência supletiva perante as insuficiências crónicas de outros estabelecimentos.



O acesso a consultas regulares, de psiquiatria e de psicologia, nos serviços do SNS, é demorado e o espaçamento das consultas demasiado longo.

A chave de uma reforma verdadeira da saúde mental depende acima de tudo da qualidade e quantidade dos diferentes profissionais de psiquiatria e saúde mental.

E é nesse ponto crucial que as falhas ainda são notórias. E não se resolvem por anúncios e promessas voluntaristas e, por vezes, demagógicas.

As carências dos serviços de saúde mental infantojuvenil, se comparadas com as do adulto, têm recursos humanos e estruturas mais deficitárias, apesar de alguns progressos feitos lentamente.

A área das toxicodependências e alcoolismo é abstraída do arsenal legislativo para a saúde mental. Ora, sabe-se que esse é um território em que continua a haver falta de recursos e de prestação de cuidados, que devem estar em muitos aspetos integrados (palavra aqui mais que apropriada) com os cuidados gerais de saúde mental, dada a sua prevalência e comorbilidade com as outras doenças psiquiátricas. Mais ainda, quando este é um terreno em que é da máxima relevância a prevenção primária, a educação para a saúde mental escolar e sociocultural, envolvendo a sociedade e os meios de comunicação, com relevo maior na juventude faz parte essencial de uma verdadeira política de saúde mental.

José Manuel Jara

O PCP saúda a luta dos trabalhadores:

Nas ex-PPP que lutam pelas 35 horas de horário semanal e contratação de pessoal

- Os trabalhadores Hospital Vila Franca de Xira que estiveram em greve e concentrados no Ministério da Saúde em 22 de Dezembro do ano de 2022;
- Os trabalhadores Hospital Fernando Fonseca que estiveram concentrados em frente à sua instituição no dia 26 de Janeiro;
- Os trabalhadores dos Hospitais Vila Franca de Xira, Loures e Fernando Fonseca que estiveram em greve no dia 9 de Fevereiro e que se concentraram em frente ao Ministério da Saúde.

Pela justa contagem de pontos para efeitos progressão

- Os enfermeiros em greve e concentrados em frente ao IPO no dia 6 de Fevereiro.
- Os enfermeiros do Hospital Torres Vedras em greve no dia 13 de Fevereiro.
- Os enfermeiros em greve e concentrados em frente à ARS Lisboa e Vale do Tejo no dia 17 de Fevereiro.

Pelo aumento dos salários

- Os trabalhadores que se manifestaram na Assembleia da República no dia 9 de Fevereiro.

Pela defesa da Carreira e do SNS

- Os médicos em greve nos dias 8 e 9 de Março e concentrados junto ao Ministério da Saúde no dia 8.

Pela revisão da Convenção Colectiva de Trabalho da Associação Portuguesa da Hospitalização Privada

- Os 800 enfermeiros dos grupos CUF, Luz e Lusíadas que subscreveram o abaixo-assinado com esta exigência.
- Os enfermeiros em greve e concentrados no dia 16 de Março.



Por mais salários e pensões

- Os trabalhadores da Administração Pública em greve no dia 17 de Março.
- A grandiosa manifestação dos trabalhadores, convocada pela CGTP-In, em 18 de Março.



X Assembleia da ORL

No passado dia 4 de Março realizou-se a X Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP onde foi aprovada uma Resolução Política e eleita a nova Direcção.

Às dezenas de intervenções realizadas, ao debate e votação da Resolução Política e à eleição da nova DORL, acrescentou-se a aprovação de duas moções: Pela paz! Exigimos o fim da escalada de confrontação e guerra! e Abril é mais futuro. A primeira reafirmou que é necessário expressar solidariedade para com as vítimas de todas as guerras; apelou à intensificação da resistência e luta de países e povos em defesa da sua soberania, direitos e pela construção de uma nova ordem internacional de paz e progresso social; reiterou o firme compromisso que o PCP sempre teve com a paz e comprometeu a Organização Regional de Lisboa com o aprofundamento do trabalho em iniciativas que promovam a defesa da paz. A segunda destacou os valores de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania projectados pela revolução, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e pelo povo e afirmou o empenho dos comunistas do distrito na celebração do 50.º aniversário do 25 de Abril.

JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O PCP

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para: Av. da Liberdade, 170
1250-146 Lisboa

dorlpcp@dorl.pcp.pt
sector.saude@dorl.pcp.pt

Urgências do Hospital de Santa Maria

apenas um exemplo...

O Hospital Santa Maria(CHULN), tem tido um enorme fluxo de doentes por dia. Esta situação fez disparar o tempo de espera para atendimento, existindo utentes que aguardam mais de um dia para avaliação médica. Atualmente, existem utentes que aguardam, em maca no serviço de urgência, vaga para os serviços de internamento durante vários dias. O serviço de urgência não se compagina, a sua essência, com um serviço de internamento, não tendo capacidade para prestar os cuidados adequados a estes utentes.

Esta situação sobrecarrega os profissionais, levando os trabalhadores à exaustão, tendo já as equipas falta de trabalhadores que são colmatados com horas extraordinárias, existindo, por mês, mais de 50 turnos para serem preenchidos.

Está situação resulta de muitos anos de as políticas de degradação do SNS dos governos do PS e do PSD/CDS.



Festa do Avante! 1, 2 e 3 de Setembro

EP e Conjunto Avante!'23

A **Entrada Permanente (EP)** para a Festa do Avante! 2023 já está à venda – nos Centros de Trabalho do PCP e na rede Ticketline. Título de solidariedade para com a Festa e quem a constrói, dá acesso a todos os espaços e todas as iniciativas da Festa: espectáculos, exposições, debates, filmes, restaurantes... E até 31 de Agosto tudo isto custa apenas 29 euros.

Disponível está, ainda, o **Conjunto Avante!'23**, uma caixa onde, para lá da EP, há uma caneca de latão, um par de meias e um crachá coração alusivos à Festa.